

Documento dirigido à Secretaria de Estado de Educação do DF

Retorno às aulas com vacina no braço e segurança sanitária, pedagógica e psicológica para toda comunidade escolar do DF

Contextos, problematizações e proposições sobre o retorno às aulas presenciais nas escolas públicas do DF no segundo semestre de 2021

Tendo em vista o anúncio do GDF para o possível retorno às aulas presenciais nas escolas públicas do DF no segundo semestre de 2021, o Sinpro/DF encaminha este documento para a Secretaria de Educação do DF com o objetivo de apresentar o contexto escolar, problematizar situações e apresentar proposições que permitam o retorno às atividades escolares presenciais com segurança sanitária, pedagógica e psicológica para o conjunto da nossa comunidade escolar.

Documento este que levou em consideração e se fundamentou nos debates realizados com gestores/as e professores/as das escolas públicas do DF, além das orientações da Organização Mundial da Saúde, da Fiocruz/Ministério da Saúde, da UNICEF e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Somos sabedores da realidade das nossas escolas e por isso precisamos debater todas as etapas, pois estamos enfrentando algo novo para todos nós na atual quadra histórica da nossa humanidade.

Dessa forma, é defesa e vontade coletiva encontrar toda a comunidade escolar e voltar com as aulas presenciais. No entanto, é preciso organizar e planejar um Plano de Retorno que permita viabilizar a segurança de vida e de saúde para os cerca de 40 mil profissionais e meio milhão de estudantes.

Por isso, além da garantia das duas doses no braço para os educadores e educadoras, é preciso pensar em medidas estratégicas a serem tomadas para que os/as estudantes voltem às aulas com reais condições objetivas e estruturais para tal.

Nesta dimensão do plano, os protocolos precisam ser claros, seu conjunto de ações que estabeleçam o controle e evitem a contaminação da comunidade escolar, construindo, dessa forma, um ambiente escolar saudável do ponto de vista sanitário, pedagógico e psicológico. Isso porque, a sociedade tem enfrentado um contexto de muitas dores e sofrimentos pelas inúmeras famílias atingidas pela pandemia da Covid-19.

Contexto em que, problemas econômicos, perdas de entes queridos, aumento da ansiedade e da depressão, déficit de atenção, e outros tem revelado uma nova e triste realidade enfrentada por

todos/as. Afinal, estamos falando de um ano e meio em casa sem relacionamentos e estudos presenciais. É salutar lembrar que, esse possível retorno não representa um simples retorno das férias, pelo contrário, será um retorno diante de uma das piores tragédias que a humanidade já enfrentou, uma tragédia pandêmica que mata cerca de 2.500 pessoas por dia, que anuncia a perspectiva de uma terceira onda, com o surgimento de novas cepas. Além disso, lembremos que o Brasil vacinou apenas 11% da população com as duas doses.

Contexto que requer dobrar todos os cuidados com toda a comunidade escolar, mas também, com toda população. Sendo assim, levantamos para o debate as seguintes dimensões para o Plano de Retorno às atividades presenciais no ambiente escolar:

- 1 – Retorno do conjunto dos/as profissionais da educação com a consolidação das duas doses da vacina;
- 2 – Evitar todas as atividades que gerem aglomerações na hora da entrada e saída da escola;
- 3 – Controlar o fluxo de pessoas nas escolas (pais, comerciantes, fornecedores, etc);
- 4 – Evitar atividades que gerem aglomerações nas atividades pedagógicas, nos intervalos e recreios;
- 5 – Reduzir tamanhos de turmas, para aumentar o espaçamento necessário entre os/as alunos/as;
- 6 – Divulgar orientações a gestores/as, professores/as, orientadores/as, trabalhadores/as terceirizados/as e outros/as profissionais que atuam no ambiente escolar para a implementação de protocolos como: práticas de higiene, uso de máscaras, Equipamento de Proteção Individual (EPI) e distanciamento físico;
- 7 – Oferecer orientações específicas para equipes de limpeza, de modo a realizar a desinfecção dos ambientes, sempre usando Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- 8 – Aumento da intensidade e frequência da limpeza;
- 9 – Requalificar as práticas de tratamento de resíduos;
- 10 – Monitorar a saúde de toda a comunidade escolar;
- 11 – Elaborar e fornecer orientações claras de como proceder, caso alguém apresentar sintomas, criando espaço para separação temporária dessas pessoas sem criar qualquer tipo de estigma ou pânico na comunidade escolar;
- 12 - Elaborar e fornecer orientações claras de quem não deve ir à escola, entre os membros da comunidade escolar envolvidos (grupos de riscos, pessoas com sintomas, grávidas);
- 13 – Preparar alimento saudável e seguro para manter a merenda escolar;
- 14 – Manter o controle na portaria da escola com medição de temperatura, uso de álcool em gel, fiscalização e controle ao uso de máscaras;

15 – Garantir que os ambientes estejam mais arejados, especialmente as salas de aula, realizando atividades educacionais, na medida do possível, em áreas abertas;

15 – Oferecer máscaras a todos/as os/as estudantes e elaborar procedimentos para o trato com estudantes sem máscaras;

16 – Apresentar protocolos de medidas aos/às funcionários/as e professores que não querem se vacinar;

17 – Elaborar planilha de controle com quem já se vacinou.

Ademais, vale ressaltar que outros elementos que dizem respeito as relações de trabalho e as questões pedagógicas/psicológicas precisam também ser pensadas, sobretudo, referente a construção de um esforço coletivo para enfrentarmos um inimigo invisível que nos abate diariamente. Portanto, torna-se necessário uma operação intersetorial que envolva, além do conjunto da SEEDF, outros órgãos como as Secretarias de Saúde, Assistência Social e Casa Civil, com ações coordenadas para ajudar em possíveis situações que possam exigir as presenças de profissionais de saúde no ambiente escolar (médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, brigadistas dentre outros/as).

Apresentamos, ainda, outras dimensões fundamentais e necessárias para o debate relacionadas à Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) e profissional no ambiente escolar.

Outras questões que precisam ser analisadas:

1 – Elaboração de instrumento claro quanto a política de substituições dos contratos temporários nesse período de crise;

2 – Protocolo de medidas para os/as trabalhadores/as terceirizados/as que por infelicidade venham se contaminar;

3 – Cronograma de atividades para os/as profissionais que ainda não tenham tomado a 2^a dose da vacina em agosto/2021;

4 – Medidas de apoio psicológico a muitos que apresentarão condição de saúde mental abalada;

5 – Planejamento de ações quanto as aulas práticas de Educação Física, Informática e Laboratório;

6 – Planejamento orçamentário para um **PDAF EXTRA**. Como instrumento para enfrentar esse momento de crise e a liberação para o PDAF capital, permitindo a autonomia para compras emergenciais nesta crise;

7 – Planejamento para acolhimento e período de adaptação para professores/as e estudantes;

8 – Em caso de alternância de estudantes, realizar planejamento organizacional para garantir seu cumprimento de forma a não permitir que estudantes permaneçam na escola em dias em que deveriam estar em casa;

- 9 – Elaborar critérios para a realização de alternância dos/as estudantes no ambiente escolar;
- 10 - Elaborar plano para atendimento aos/às estudantes que permanecerão no ensino remoto;
- 11 – Elaboração de orientações quanto aos/às servidores/as que são do grupo de risco e já foram vacinados;
- 12 – Planejamento que estabeleça o tempo de permanência do estudante dentro da escola;
- 13 – Planejamento com protocolos e orientações quanto ao retorno à Escola de Natureza Especial, ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), ao Ensino Fundamental em Tempo Integral (EFTI) e às demais escolas que oferecem o ensino integral. Escolas Parques (aulas de Educação Física, Artes, Música, Dança, etc);
- 15 – Planejamento para a gestão do tempo, considerando o tempo de aula reduzido e a necessidade de uma rotina sanitária cautelosa: higienização de mãos na chegada e saída, aferição de temperatura, uso de álcool, utilização dos banheiros escolares, utilização de bebedouros, dentre outros;
- 16 – Plano de vacinação para um percentual de vacinação do banco de substitutos;
- 17 – Orçamento específico para investimento na parte tecnológica das escolas;
- 18 – Atuação da coordenação pedagógica de maneira virtual;
- 19 – Plano de atendimento e procedimento para socorrer o/a estudante que apresentou quadro grave de saúde dentro da escola;
- 20 – Plano de atendimento e qual medida ou procedimento se deve tomar caso o/a estudante ou servidor/ao se recusar a usar máscaras;
- 21 – Plano de atendimento e procedimento ao/à estudante que comparece à escola fora do dia determinado;
- 22 – Garantia pela SEEDF de oferecimento de máscaras suficientes para que todos/as os/as estudantes possam usar em todos os dias de aula (turno e contraturno);
- 23 – Quanto a escrituração escolar: avaliar se aulas presenciais serão obrigatórias com lançamento de frequência;
- 24 – Planejamento Coletivo para a organização do trabalho pedagógico do/a professor/a e de toda a equipe pedagógica, estabelecendo como o/a regente vai atender no ensino híbrido;
- 25 – Quanto aos/às estudantes com deficiência e/ou transtorno: organizar o acolhimento e atendimento na escola, uma vez que tais estudantes podem apresentar demandas específicas e que podem implicar em dificuldade para cumprir os protocolos sanitários;

26 – Plano de Vacinação do Educador Social Voluntário (ESV) e plano para sua inclusão no grupo de auxiliares nos protocolos de higienização e outras atribuições correlatas a este processo;

27 - Campanha de divulgação dos protocolos de segurança antes do retorno;

28 - Trabalho de apoio à saúde mental para os servidores e as famílias;

29 - Orientações técnicas para todos os servidores do estabelecimento de ensino;

30 – Pensar na redução do horário de aulas e uma possível supressão do intervalo entre as aulas, o horário da merenda e a continuidade da entrega de cestas verdes. Delimitar o tempo de aulas presenciais e o tempo de aulas virtuais;

31 - Se o retorno for por escala - uma semana na escola, uma semana em casa, se as famílias levarem os filhos na semana que devem ficar em casa. Observar como será o procedimento na escola;

32 – Observar o ensino híbrido: o professor deverá ensinar na sala de aula para a turma presencial e para a turma em casa simultaneamente? Analisar as condições tecnológicas para isso. Observar também se a internet em nossas escolas suporta esse tipo de aula;

33 – Outras importantes ponderações e dimensões que necessitam ser averiguadas no âmbito escolar frente ao Plano de Retorno:

- Levantamento do quantitativo de profissionais da escola que abriu processo de autodeclaração de comorbidade e também de gravidez;
- Levantamento da quantidade de profissionais que atuam na escola;
- Levantamento do quantitativo de profissionais que completaram as dosagens da vacina;
- Levantamento de famílias de estudantes com casos de comorbidade;
- Identificação se esse público foi vacinado;
- Quantidade de estudantes matriculados na escola com comorbidade;
- Percentual ou número de estudantes que evadiram em função do Ensino Remoto;
- Levantamento junto às famílias quanto a liberação ou não de seus/suas filhos/as ao retornarem à escola sem a realização de uma política de controle da pandemia;
- Planejamento Coletivo entre a escola e a Comunidade Escolar para a construção do plano de retorno e dos protocolos de segurança sanitária;
- Planejamento Coletivo na escola para Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) frente aos procedimentos do Ensino Híbrido;
- A construção estrutural e pedagógica da escola para o retorno híbrido e presencial;
- A estrutura tecnológica e de acesso, no ambiente escolar, para os/as estudantes;
- O orçamento de cada escola para aquisição de EPIs a todos/as profissionais;
- Número de profissionais que atuam na escola e que perderam a vida em função da covid-19;
- Identificar os profissionais na escola contaminados pela covid-19;
- Protocolo sanitário para transporte público escolar;
- Analisar as peculiaridades das escolas de natureza especial;

- Possibilidade de contratar terceirizados para auxiliar na limpeza e supervisão dos/as estudantes;
- Contratação emergencial e imediata de Educadores Sociais e sua inclusão na lista de vacinação;
- Substituição não só dos temporários, mas também das substituições, quando necessário, de terceirizados;
- Reduzir a quantidade de estudantes por turma, ao invés de exigir a redução de horário;
- 2h30 de aula presencial e 1h de aula remota, levando em consideração a alternância dos grupos criados;
- Testagem de estudantes antes do retorno presencial;
- Contratação de porteiros/as;

Outros questionamentos que se fazem necessários

- Como ficará a limpeza dos ambientes após as aulas?
- Como vai ser a compra do material de limpeza? Ter a limpeza terceirizada?
- A internet das escolas rurais será melhorada?
- Escolas parques, que são integrais e recebem estudantes de mais de uma escola? Como ficam as aulas de teatro, artes visuais, dança e outras?
- Os responsáveis poderão decidir se enviarão ou não seus filhos à escola?
- Qual será o critério adotado para decidir quais estudantes irão comparecer às aulas presenciais no ensino híbrido?
- Como será feito o controle dos servidores e funcionários vacinados?
- Como funcionará a redução de horário?
- Como fazer com os estudantes que moram longe da escola, no caso da implantação de horário reduzido?
- Alternância, entre os grupos, pode gerar desencontros. Os pais podem confundir datas e horários. Como faremos nesse caso?

Por fim, avaliamos que, para um acolhimento com segurança para todos/as será fundamental a realização de uma semana de conscientização com toda a comunidade, fazer uma campanha esclarecedora quanto ao Plano de Retorno, que permita o diálogo com toda a comunidade, objetivando a garantia da manutenção da vida, a segurança e a boa convivência.

Neste sentido, esperamos que a SEEDF apresente um Plano de Retorno que contemple todas essas dimensões e outras que poderão surgir ao longo do debate com foco no controle da pandemia, evitando o surgimento de novas ondas de contaminação, com acesso às aprendizagens com a garantia da vida e da saúde para todos/as.



Rosilene Corrêa
Sindicato dos Professores - Sinpro/DF
Por Você! Com você!